



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 936/1984

Que institui a Taxa de Iluminação Pública e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Iluminação Pública sobre o imóvel situado em logradouro já servido de Iluminação Pública ou que dela venha a servir-se.

Art. 2º Observando o disposto no Art. 1º desta Lei, cobrar-se-á Taxa de Iluminação Pública, mensalmente, calculada sobre o valor de Tarifa de Iluminação Pública vigente, devendo ser adotado nos intervalos de classes indicados, os percentuais correspondentes:

Classes (KWH)	Percentuais da Taxa de IP
0 a 30	0,5
31 a 50	1,0
51 a 100	2,0
101 a 200	3,5
201 a 300	5,0
Acima de 300	6,0

Art. 3º O produto da taxa, ora criada, constituirá receita destinada prioritariamente a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da Municipalidade, decorrentes da instalação, custeio e consumo elétrico para Iluminação Pública, bem como para melhoria e ampliação do serviço.

Art. 4º A cobrança da Taxa, relativa ao Art. 1º desta lei, poderá ser feita diretamente pela Prefeitura Municipal, ou por arrecadação junto às contas particulares de consumo de energia, mediante CONVÊNIO, a ser celebrado com a CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS – CEMIG -, ficando neste caso, o Poder Executivo desde já autorizado a firmar o referido CONVÊNIO.

Art. 5º Realizado o CONVÊNIO, a CEMIG contabilizará e recolherá, mensalmente, o produto da taxa à conta vinculada, em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo, pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.

§1º A CEMIG apresentará à Prefeitura, mensalmente, a fatura relativa ao fornecimento de energia elétrica acompanhada de um comprovante de arrecadação total da Taxa de Iluminação Pública.

§2º Quando o saldo dessa conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor da fatura de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença, de acordo com os prazos e condições constantes da respectiva fatura.

§3º O **superávit** eventual, verificado entre o montante arrecadado da Taxa e o valor da Fatura, poderá ser aplicado pela CEMIG, para a quitação parcial ou total de outras faturas subsequentes, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal, e ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de expansão e/ou melhoramento do sistema de Iluminação Pública, e de extensão de redes urbanas do Município, caso a Prefeitura autorize.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir de 1 de janeiro de 1985, revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 5 de dezembro de 1984.

Joaquim Caetano de Sales
Prefeito Municipal

Pedro Mossri
Secretário